

Brasil poderá fechar acordo da dívida em 90 dias

O governo espera que no prazo de 60 a 90 dias os bancos credores internacionais assinem o acordo de renegociação da dívida externa brasileira, segundo anunciou ontem o ministro da Fazenda, Eliseu Resende. O ministro confirmou que mais de 800 bancos aderiram ao acordo de renegociação da parcela de US\$ 44 bilhões e já iniciaram uma nova fase nas negociações: a definição das opções de pagamentos contidas na proposta brasileira. A intenção do governo é estabelecer um equilíbrio entre as sete opções apresentadas ao comitê de bancos credores em julho do ano passado.

O ministro confirmou que nos próximos dias o país irá efetuar o pagamento de cerca de US\$ 170 milhões referentes aos juros vencidos durante o ano passado. Uma cláusula do acordo prevê que, encerrado o processo de adesão, o governo liberaria um pagamento adicional aos bancos credores. Eliseu

Resende deixou claro também, que o governo recorrerá aos instrumentos do acordo que permitem uma nova discussão com os bancos em torno das opções de pagamento da dívida renegociada.

Bônus ao par — As informações que recebeu de Washington confirmam que a maioria dos bancos optou pelo chamado bônus ao par, o que contraria os interesses do Brasil porque não embute qualquer desconto na dívida. “A partir de agora vamos selecionar as opções mais convenientes ao governo”, comentou Eliseu Resende, que procurou minimizar a primeira reação dos bancos: “Esta opção inicial não é relevante e não é o que irá prevalecer”. Os negociadores brasileiros acreditam que, se até o final deste mês os bancos não redefinirem suas opções, será possível chegar a um entendimento durante a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Ham-

burgo, nos primeiros dias de abril.

O acordo prevê que se não houver um entendimento entre o governo e os bancos credores em torno das opções, as negociações voltam à estaca zero. Uma nova rodada será necessária para que se chegue a um consenso em torno de propostas que garantam um equilíbrio entre as sete opções. No ano passado, o ex-ministro Marcílio Marques Moreira anunciou os termos do acordo e reforçou esta cláusula, deixando claro que o país enfrentaria dificuldades para garantir o pagamento da dívida, caso a maioria dos bancos optasse pelo bônus ao par. Nessa opção, o Brasil oferece títulos do Tesouro norte-americano como garantia de pagamento, com juros fixos, idênticos ao do título americano. Já na segunda opção, mais procurada, o bônus com desconto, o credor perdoa 35% da dívida brasileira, mas em compensação será remunerado por juros de mercado.